



Dia a Dia

Dificuldade

O prefeito de Guarujá, Farid Saïd Madi (PDT), terá problemas para aprovar na Câmara suas contas de 2005, que já receberam parecer contrário do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Precisa de dez

Isso porque, para reverter a decisão do órgão fiscalizador, Farid precisará de dois terços — ou seja dez dos 14 votos.

O problema é que hoje a base aliada do prefeito é composta por nove vereadores — e há quem acredite que ele terá apenas oito votos favoráveis. A disputa com os cinco parlamentares da oposição promete ser das boas.

CEP

Pré-candidatos a prefeito de Cubatão requeçam reclamações antigas. Um se queixa de um concorrente por este não morar no Município. "Ele mora no meu bairro, mas nunca o vi em casa", comenta um prefeiturável sobre um de seus opositores.

'Tiro n'água'

O médico e vereador santista Marinaldo Mongon (PDT) ficou irritado com as opiniões do secretário de Saúde de Praia Grande, Eduardo Dall'Acqua, sobre a falta de médicos na Baixada Santista. "Sem querer parodiar, o secretário deu um tiro n'água", disse Mongon, a respeito da proposta de Dall'Acqua em retomar o debate sobre a escassez de médicos na região.

Feudalismo, não

O parlamentar considera descabida a proposta do secretário de manter o mesmo salário da categoria em todas as prefeituras da Baixada.

"Como se a culpa pelo caos na Saúde Pública fosse do médico. A época do pelourinho e do senhor feudal acabou!".



Câmara Municipal de Guarujá

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Tribuna
Domingo, 24 de fevereiro de 2008.

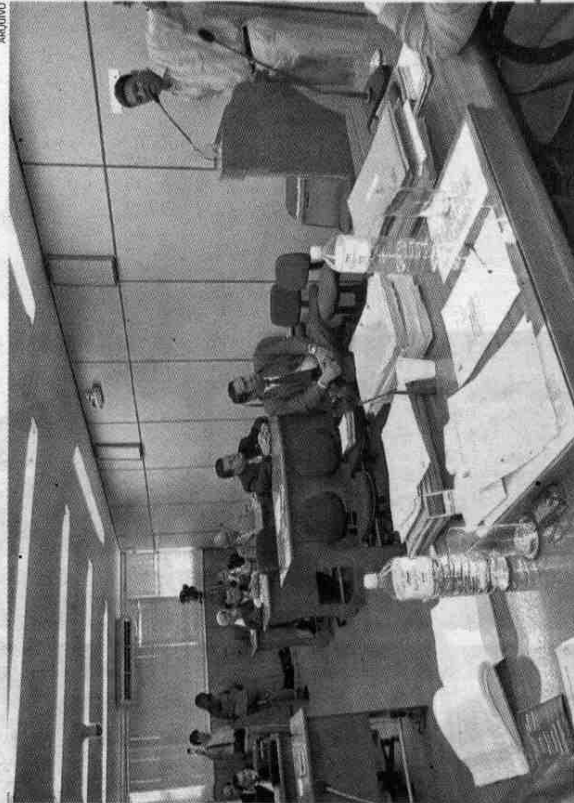
INQUÉRITOS. Gastos do Legislativo com pedágio ultrapassaram R\$ 48 mil no ano passado.

MP investiga contratos da Câmara

CONTINUA



A Tribuna
Domingo, 24 de fevereiro de 2008.



DEL FERREIRA JR.

REDAÇÃO

Promotoria da Cidadania de Guarujá investiga possíveis irregularidades em três contratos de serviços assinados pela Câmara. Supostos abusos de valor e dispensa ilegal de licitação são a razão dos inquéritos civis (Cs) de números 155, 156 e 157, instaurados no ano passado, para serviços de radiotelefone móvel, pedágios para os carros oficiais e transmissão das sessões legislativas via rádio, a chamada Rádio-Câmara.

Há ainda um quarto contrato, que ainda nem foi homologado, mas já está causando polêmica na Cidade: a contratação de uma empresa de comunicação visual para transmitir sessões pela televisão, a TV Câmara. Este assunto ainda é alvo de inquérito do Ministério Público (MP).

As investigações já iniciadas pela Promotoria da Cidadania de Guarujá foram fomentadas por um município, Jollson Cerqueira Oliveira, que encaminhou representação ao MP. *Tribuna* teve acesso aos ICs. A última quarta-feira e pôde acompanhar o andamento das investigações que, entretanto, ainda são recentes.

LORES

em as contas dos 48 telefones celulares, também radiotransmissores, pagos pelo Le-

tação para a escolha da firma que realiza o trabalho. "Basta uma simples consulta à internet para se comprovar que a empresa contratada não é a única no mercado no ramo de radiotelefone, o que possibilitaria a licitação, com a contratação mediante disputa entre empresas, o que por certo permitiria uma diminuição nos gastos", observou o cidadão que entrou com a representação no MP.

São 48 telefones previstos no contrato. Cada vereador fica com um para uso pessoal. O parlamentar tem ainda o direito de confiar um aparelho ao chefe de seu gabinete. Para o gabinete do presidente, são dois. O restante, 19 aparelhos, fica com os chefes dos setores administrativos, como o de Transportes e Compras, por exemplo.

VIAGENS

No IC nº 156, está em apuração a contratação da empresa que administra o Sistema Sem Parar, que debita o valor das tarifas de pedágios, tanto das balsas quanto das rodovias no Estado, direto na conta do usuário. Da mesma forma, o MP quer descobrir "eventuais irregularidades" na celebração deste compromisso, estimado em R\$ 50 mil, a serem aplicados dentro do exercício de 2007.

Em todo o ano passado, conforme dados da Diretoria de Finanças da Câmara, só com pedágios foram consumidos R\$ 48.161,88, dos R\$ 50 mil reservados. De acordo com o secretário-geral da Câmara, Carlos Antônio de Sousa, o Poder Legislativo de Guarujá tem à disposição 14 veículos, sendo um de uso exclusivo do presidente e o restante para ser utilizado pelos demais parlamentares e em serviços administrativos. Seis viaturas, porém, são reservas, uma vez que existem apenas oito motoristas.

Numa conta simples, pode-se concluir que uma viagem do Legislativo cruzou o pedágio da Rodovia Conego Domênico Rangoni ou a balsa que liga Santos a Guarujá mais de 6.700 vezes em 2007, visto que os valores das tarifas são R\$ 7,20 e R\$ 7,10, respectivamente, por viagem. Ou seja, em média, cada um dos 14 carros saiu de Guarujá mais de 480 vezes, ou 40 vezes por mês, o que dá mais de uma viagem por dia.

Mais uma vez, também, o denunciante contestou a dispensa da licitação. "Não me cansarei de fazer com que se cumpra a lei", observou Jollson Cerqueira Oliveira no final da representação.

viando cópia do contrato e falturas de algumas mensalidades. No mês de outubro último, por exemplo, a conta foi de R\$ 9.867,92, enquanto que em novembro o total chegou a R\$ 9.828,98, ou seja, quase R\$ 10 mil a cada 30 dias.

O mais grave dos questionamentos, entretanto, não diz respeito aos valores dos contratos, mas à dispensa de licitação.

que os pagamentos serão feitos de acordo com o uso dos serviços mensalmente, então reserva-se uma verba para tal fim e o gasto fica, dessa forma, limitado a tal quantia durante o período de vigência do compromisso.

O caso dos telefones está sendo averiguado pelo IC nº 157. A Câmara já prestou informações aos promotores en-

gistrativo com verba pública, a estimativa de gasto, segundo a Diretoria Financeira da Câmara, é de R\$ 81.360,00, com vigência de outubro de 2007 a outubro deste ano.

No caso dos contratos dos telefones e radiotransmissores, assim como o dos pedágios eletrônicos (Sistema Sem Parar), os valores são apenas previsões. Isso por-



Transmissão pela TV poderá custar R\$ 100 mil por mês

■ ■ ■ Em Guarujá, o eleitor que quer acompanhar o trabalho dos vereadores não precisa ir à sede do Legislativo, basta ligar o rádio. Em breve, até pela televisão isso será possível. Porém, a comodidade tem um preço, no caso, mais de R\$ 100 mil por mês.

A Rádio Câmara já é transmitida há mais de cinco anos, mas o episódio da troca da emissora responsável pela veiculação da programação acabou sendo levado ao MP, que instaurou o IC nº 155. O motivo é o valor do contrato, que custa R\$ 2.250,00 por hora de sessão. Como dificilmente cada dia de trabalho dos parlamentares

dura mais do que quatro horas, cada transmissão não sairia por menos de R\$ 9.000,00. Com esse número, chegar-se-ia à cifra de R\$ 36 mil num único mês, ou R\$ 432 mil por ano.

Em casos extremos, como a sessão extraordinária que julgou politicamente cinco acusados no escândalo do mensalinho, depois de 27 horas consecutivas de trabalho, foram pagos R\$ 60 mil.

A disparidade fica evidente quando se observa o contrato anterior, firmado com outra emissora de rádio, encerrado no ano passado. A forma de cobrança era diferente, por sessão, o que permitia uma eco-

Gastos com radiotelefonia

Em 2007 – Em reais

Mês	Fatura	Excedente pago pelos funcionários	Pago pela Câmara
Junho	15.293,79	5.518,50	8.288,55
Julho	15.980,50	5.708,04	8.596,46
Agosto	12.307,19	4.453,02	7.854,17
Setembro	10.146,80	2.462,46	6.533,34
Outubro	9.867,92	2.595,84	6.772,08
Novembro	9.828,98	1.857,57	6.795,41
Dezembro	8.790,33	2.350,92	6.439,41

Fonte: Diretoria Financeira da Câmara Municipal de Guarujá

nomia maior. Para se ter uma idéia, um aditamento de três meses do compromisso anterior custou R\$ 37.966,83. Se for considerada a realização de quatro sessões em média dentro de cada mês, seriam pagos somente R\$ 3.163,83 por cada sessão, independente do tempo de duração.

A transmissão televisiva ainda nem foi homologada, mas também já é motivo de comentários. O contrato de R\$ 1.279.200,00 por um ano (mais de R\$ 100 mil por mês) só não foi oficializado porque uma empresa impetrou recurso que paralisou o processo licitatório. O valor apresentado



Gastos com pedágio eletrônico

Em 2007 – Em reais

Janeiro	3.166,65	Agosto	6.126,78
Fevereiro	2.751,30	Setembro	4.741,42
Março	4.092,76	Outubro	4.519,07
Abril	3.480,80	Novembro	3.956,44
Maió	2.624,32	Dezembro	3.754,62
Junho	5.172,92	Total Anual	48.161,88
Julho	3.774,80		

Fonte: Diretoria Financeira da Câmara Municipal de Guarujá

pelo envelope do grupo habilitado para prestar o serviço foi publicado no Diário Oficial do Município em 11 de janeiro último. Neste caso, porém, não há IC instaurado pelo Ministério Público.

Um dos promotores da Cidadania de Guarujá, André Luiz dos Santos, evitou tecer

comentários a respeito das investigações em andamento. “Eu não posso pensar nada *a priori*. Preciso aguardar a documentação”, afirmou, via e-mail. André Luiz acredita que, dentro de cada um dos casos, algumas providências possam vir a ser tomadas ainda nesta semana.



Secretário explica escolha de companhias

■■■ O secretário-geral da Câmara, Carlos Antônio de Sousa, e o chefe do departamento financeiro, Mauro Paiva Lopes Júnior, refutaram a incidência de qualquer irregularidade nos contratos do Legislativo. Eles explicaram, caso a caso, os compromissos que são alvo de investigação da Promotoria Pública mais o contrato da TV Câmara.

Sobre o compromisso com a operadora do Sistema Sem Parar, dos pedágios rodoviários, Sousa justificou a necessidade do serviço. "Temos compromissos administrativos, assim como os vereadores, eventualmente, em São Paulo e outras cidades da região. Para sair de Guarujá o cidadão é

Frase

"Não havia como ter concorrência"

Mauro Paiva Lopes Júnior,
chefe do departamento financeiro

obrigado a pagar pedágio, não tem outro jeito".

Segundo Paiva Júnior, a dispensa de licitação se deu porque a empresa escolhida administra exclusivamente o sistema de pedágios eletrônicos Sem Parar nas rodovias de São Paulo, conforme atesta certidão da Associação Brasileira

das Concessionárias de Rodovias (ABCR). "Não havia como ter concorrência", disse ele.

RADIOTELEFONIA

Alegação semelhante foi feita em relação ao fornecimento dos serviços de radiotelefonia da Câmara. Da forma prevista em edital, apenas o grupo que terminou vencedor está autorizado a oferecer na região 013, que compreende Guarujá e toda a Baixada Santista.

Lopes Júnior aduziu que o contrato vigente, firmado em outubro do ano passado, foi enxugado em mais de 50% em relação ao anterior, de 2006. Hoje, o valor global é de R\$ 81.360,00, contra R\$ 194.129,52.



Só uma firma foi habilitada, diz diretor

■ Sobre as transmissões das sessões via rádio, o secretário-geral da Câmara, Carlos Antônio de Sousa, explicou que a antiga prestadora do serviço pediu a quebra do contrato, que ele reconheceu ser mais econômico, depois de cinco anos, ensejando a necessidade de substituição. Conforme disse, o único envelope com proposta financeira aberto pela Câmara foi o da emissora que acabou se tornando vencedora, apesar de outras três terem retirado edital.

O diretor financeiro, Mauro Paiva Lopes Júnior, observou que os outros concorrentes não conseguiram estar quites com as obrigações tributárias, por isso não concorreram. "Demos a devida publicidade à concor-

Frase

"Outras duas empresas retiraram envelopes, mas não apresentaram propostas. Aí foge da nossa alçada"

Carlos Antônio de Sousa,
secretário-geral da Câmara

rência, mas só uma empresa acabou habilitada", salientou. No que se refere aos valores cobrados por hora, que se tornaram mais dispendiosos para os cofres públicos, Sousa lamentou. "É o preço que a empresa julgou que deveria cobrar e não tivemos base de comparação.

Cada um cobra um valor para vender seu espaço".

Sousa explicou que aguarda a Justiça decidir sobre a liminar que paralisou a contratação da TV Câmara para adjudicar a contratação. De acordo com ele, a empresa que realizar o contrato terá de disponibilizar transmissões ao vivo na TV Assembléia, que libera sinal para transmissões locais, e via internet.

A capacidade de transmissão via internet terá de comportar quatro mil computadores simultâneos, disse o secretário-geral, Carlos Antônio de Sousa. "Outras duas empresas retiraram envelopes, mas não apresentaram propostas. Aí foge da nossa alçada".



MP recomenda, mas SIT continua em Guarujá

Por recomendação do MP, o SIT teria que acabar ontem por ser ineficiente aos usuários

Da Reportagem

A Prefeitura de Guarujá e a Translitoral não aceitaram a recomendação do Ministério Público (MP) para a extinção do Sistema Integrado de Transportes (SIT). O prazo estipulado pela promotora substituta Luciana Andrade Maia foi expirado ontem, porém, quem pegou ônibus em Guarujá neste sábado, continuou usando o SIT. A medida teve como base o Inquérito Civil 105/07, instaurado a partir de representação e abaixo-assinado com seis mil adesões, protocolados no Fórum de Guarujá, que dizia que o sistema era ineficiente para os usuários. Há também uma Ação Civil Pública sobre a elevação das tarifas.

O SIT foi implantado pela Prefeitura de Guarujá e a empresa Translitoral em junho do ano passado e propõe a integração. No entanto, segundo o MP, como não há baldeação nos dois terminais de Guarujá (Ferry Boat) e Vicente de Carvalho (Jardim Santense), a baldeação é feita nas ruas (sendo obrigatória na maior parte dos percursos) e só é possível no período de uma hora e meia e com a posse do cartão-transporte. Caso contrário o munícipe deve pagar nova passagem. Mesmo com diversas alterações, o SIT é precário porque houve redução de 28 para 21 linhas, o que ocasiona a superlotação e maior tempo de espera, diz o MP que ainda afirma que a redução fere judicialmente o contrato de licitação celebrado em 2000, válido por 15 anos. A promotora recomenda que o SIT

seja extinto e retomado o sistema regular. O SIT foi apresentado como justificativa para elevação da tarifa de R\$ 1,90 para R\$ 2,10, há um ano. Como o serviço piorou, foram muitas as manifestações populares.

Abaixo-assinado

A representação foi protocolada em julho do ano passado por um grupo liderado pela ex-vereadora Antonieta de Brito (PMDB). Na ocasião, cerca de 100 pessoas realizaram protesto em frente ao Paço Municipal e Antonieta tinha em mãos o abaixo-assinado com seis mil adesões. A manifestação reuniu 22 entidades (associações de moradores, ONGs, sindicatos e movimento estudantil), além do vice-prefeito José Rodrigues Tucunduva Neto, vereadores e lideranças partidárias. Como as lideranças não foram atendidas pelo Executivo e impedidas de entrar no Paço pela Guarda Municipal, a ex-vereadora encaminhou o caso ao Judiciário no mesmo dia. Antonieta já havia questionado judicialmente o aumento do preço das passagens de ônibus em 2003, quando era vereadora pelo PT e protocolou na Promotoria Pública representação cobrando uma comissão tarifária. Há um ano, já fora do mandato, mas presidindo o Partido dos Trabalhadores, a ex-vereadora e a Executiva da Legenda na época levaram ao Fórum a questão do aumento da tarifa de R\$ 1,90 para R\$ 2,10, tendo como base relatórios do próprio Executivo em 2005, que apontava irregularidade no valor

Angelo/DL



Valor da tarifa

Em setembro do ano passado, o Judiciário considerou os dados e determinou que a tarifa fosse cobrada a R\$ 1,80. Depois de 15 dias, a empresa Translitoral conseguiu recurso para que a passagem voltasse a R\$ 2,10 enquanto o caso ainda está na Justiça. O grupo de Antonieta fez um estudo que diagnosticou a redução de todos os percursos com o SIT, reduzindo a quilometragem percorrida e proporcionando um lucro anual à empresa superior a R\$ 3 milhões. "O custo operacional da empresa é de 40% e a tarifa aumentou 75% desde 2000. Como há sete anos o valor era de R\$ 1,20, atualmente deveria chegar a R\$ 1,68 e não a R\$ 2,10", esclarece Antonieta. A comissão parlamentar que avalia o assunto, presidida pelo vereador Edilson Magaiver (PDT), chegou a valor semelhante ao do diagnóstico.

Translitoral

Segundo o gerente comercial da Translitoral, Silvio Araújo de Alcântara, a notificação do Ministério Público foi direcionada à Prefeitura de Guarujá e não à Translitoral. "A Translitoral segue o que a Prefeitura recomenda. Como até hoje (ontem) nós não recebemos nenhuma notificação do MP e da Prefeitura o SIT continua". Alcântara ainda defendeu o sistema e disse que o mesmo é eficiente aos usuários de Guarujá. "Não é um sistema ineficiente. Ele só precisa de aprimoramento. É um sistema usado em várias cidades, e não é viável retroceder ao sistema antigo", finalizou. A reportagem do DL tentou manter contato com a assessoria de imprensa da Prefeitura de Guarujá, mas na obteve êxito até o fechamento desta edição.



GUARUJÁ DESCARTA VACINAÇÃO

Moradores do Cachoeira pedem vacina contra meningite, mas Prefeitura diz que não é preciso

Cerca de 20 moradores do Cachoeira, em Guarujá, se reuniram na Avenida Tancredo Neves na tarde de sexta-feira para cobrar ações da Prefeitura no combate à meningite no Município. Entretanto, apesar das faixas, cartazes, apitos e muita gritaria, a Secretaria de Saúde da Cidade garantiu, no final do dia, que não há necessidade de uma vacinação em massa em Guarujá.

A confirmação veio por meio do diretor de Urgência e Emergência da secretaria, José Luiz Mendes Colmenero. "O pessoal do Cachoeira pode ficar tranquilo que os comprimidos necessários

já foram distribuídos na Vila da Noite e não há necessidade epidemiológica de se fazer uma vacinação coletiva. Estamos seguindo as normas estaduais e federais. Não há risco de epidemia".

Mas a garantia do diretor da Secretaria de Saúde de Guarujá não serviu para acalmar o grupo de moradores do Cachoeira, que promete organizar novas manifestações e até mesmo passeatas até a sede da Prefeitura. Eles garantem que só encerrarão os protestos quando conseguirem doses gratuitas da vacina contra meningite.

"Eu conversei com o pessoal da Saúde de Guarujá e eles descartaram vacinar todo mundo. Mas

eu e mais gente estamos com medo. Uma vizinha nossa de 15 anos morreu há um mês e a Prefeitura só distribuiu alguns antibióticos. Pagamos impostos e acho que temos direito à vacina, que é muito cara na rede particular", desabafa a funcionária pública Maria de Lourdes da Silva, de 57 anos.

Ela foi quem teve a ideia de juntar várias mães que moram no Cachoeira para protestar contra a Prefeitura. No entender de todas, há um descaso por parte do Município no tratamento dessa questão.

"Eu só quero ver se morrer mais alguém aqui no Cachoeira, na Vila Zilda ou alguma comunidade vizinha. Aí vão querer vacinar todo mundo ou ainda dirão que não há perigo de contágio. Não somos desocupadas, só estamos brigando por um direito que entendemos ser jus-



Com cartazes e apitos, munícipes prometem fazer mais protestos", diz a ajudante de cozinha Roseans Portugal Silva, de 28 anos.

A doméstica Shirley Maria da Silva mora na Vila Zilda e tem um filho de 1 ano de idade. Por isso, ela era uma das mais preocupadas na manifestação de sexta-feira.

"A gente só quer saber o que fazer em um caso como esse. Eu não sei como agir, muito menos para onde correr. Por isso, acho que a vacina seria útil. Mas continuaremos protestando enquanto for possível. Me preocupo com meu filho".

Opiniões



"Peguei os comprimidos da Prefeitura, mas tenho medo. Quero a vacina".
Marinalva da Silva, 43 anos, dona-de-casa, Cachoeira, Guarujá



"Fiquei preocupada quando soube que pessoas estão morrendo em Guarujá".
Luciene de Quisiroz, 38 anos, diarista, Morro do Engenho, Guarujá



Servidora rendida no Guaiúba

Uma funcionária pública de 41 anos foi vítima de sequestro-relâmpago em Guarujá e só foi libertada em São Vicente, na madrugada de sexta-feira.

Em relato à Polícia Militar, a vítima contou que estava em um ponto de ônibus na Avenida Humberto Pietro Peres, no Guaiúba, por volta das 5h25, quando foi rendida por dois marginais armados com revólver.

A servidora foi obrigada a entrar em um veículo e os criminosos a conduziram pela Rodovia Cônego Domênico Rango ni (antiga Piaçaguera-Guarujá) e depois pela Rodovia Padre Manuel da Nóbrega.

Após pegar R\$ 80,00 em dinheiro, todos os documentos, cartões bancários e o telefone celular da servidora, os assaltantes a libertaram na marginal da estrada, na Área Continental de São Vicente.

A ocorrência foi atendida pela guarnição da PM Rosangela, da 3ª Cia do 39º BPM/I, e apresentada no 3º DP. O delegado-titular do distrito, Marcos Alexandre Alfino, registrou o caso sob a natureza de roubo qualificado e determinou o encaminhamento do boletim de ocorrência à Delegacia-sede de Guarujá, cujos policiais são responsáveis pela área onde a funcionária pública foi rendida.



Procurado da Justiça é preso com arma

Tiago Fernando Bezerra da Silva, de 23 anos, foi preso com uma arma em sua casa, na Vila Áurea, em Vicente de Carvalho, Guarujá. Ele era procurado da Justiça desde 2006, quando fugiu do Centro de Progressão Penitenciária (CPP), unidade de regime semi-aberto de Mongaguá.

Em cumprimento a mandado de busca e apreensão expedido pela 3ª Vara do Fórum de Vicente de Carvalho, os investigadores Jairo Silva e Eloy Florido, da Delegacia-sede da Cidade, foram até a casa do acusado, na Avenida Jesus de Castro.

Ao revistarem a residência, os policiais encontraram embaixo de um colchão de um dos



Tiago Fernando B. da Silva cômodos um revólver Taurus, calibre 38, com capacidade para seis tiros, desmuniado. Na cozinha, sobre a geladeira, havia ainda seis munições de calibre 38 íntegras.

Questionado sobre a arma e as munições, Tiago assumiu a propriedade e recebeu voz de prisão.

Confissão

Ainda conforme boletim de ocorrência, o próprio acusado acabou revelando aos investigadores que era foragido do CPP de Mongaguá, desde outubro de 2006.

Ao realizar a pesquisa dos antecedentes criminais do suspeito, os policiais confirmaram sua condição de foragido da Justiça.

Tiago recebeu voz de prisão e foi encaminhado à Delegacia-sede de Guarujá, onde o delegado Mário Olinto Junqueira de Oliveira Filho, contando com o auxílio do escrivão Stepan Roberto, decidiu autuá-lo em flagrante por porte ilegal de arma de fogo. Em seguida, o rapaz foi recolhido à Cadeia Pública da Cidade.